

Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada nos dias 12 e 13 de novembro de 2024, no Auditório do INMETRO, localizado na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 730, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ). A 5ª Reunião Ordinária do Condraf contou com a presença dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil e gestão pública conforme assinatura em lista de presença. O Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, deu início a quinta reunião do Condraf, agradecendo a presença de todos/as conselheiros e conselheiras e demais participantes, em seguida convidou para fazer uso da palavra o senhor **Jorge Antônio da Paz Cruz** - Coordenador Geral de Articulação Internacional do INMETRO, que em sua fala, agradeceu a presença de todos/as e destacou a importância das atividades desenvolvidas pelo INMETRO e a relação com a agricultura familiar, e, ressaltou a importância do evento estar sendo realizado no espaço cedido pelo INMETRO que fica dentro do Banco Central do Brasil. Na sequência, **Eric Moura** – Chefe da Assessoria Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – destacou que o Ministro Paulo Teixeira está participando da COP 29 em Baku no Azerbaijão, e, que a COP 30 será realizada em Belém do Pará; destacou ainda a importância do processo de reconstrução do Condraf e da reformulação de toda a pauta da agricultura familiar. Em seguida, **Claudia Cascás** – Presidente em exercício do Condraf, cumprimentou a todos e todas, destacando a importância do Condraf para o controle social e a importância da sociedade civil nessa construção. Na sequência, o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, fez uma breve apresentação da pauta da 5ª Reunião Ordinária do Condraf, a saber: **1- A construção de uma nova agenda para o Brasil Rural e o papel da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (CNDRSS); 2 - Diálogo Interconferências; 3 – Avanços das políticas para a agricultura familiar e Reforma Agrária: balanço 2023-2024; 4 – Ratificação em plenária do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar – Alimento no Prato; 5 – Políticas para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade; 6 – Consulta sobre o Plano Nacional de Ação do Brasil para a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar/2019-2028; 7 – Apresentação da Carta internacional da agricultura familiar para o G20; 8 – Celebração dos 25 anos do Condraf.** Finalizado a apresentação da pauta, o Secretário Executivo do Condraf, convidou para fazer parte da primeira mesa **1- A construção de uma nova agenda para o Brasil Rural e o papel da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (CNDRSS)**, as seguintes lideranças: **Eric Moura** – Chefe da Assessoria Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; **Humberto Oliveira** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); **Jean Marc von der Weid** - ex-conselheiro do Condraf; **Elisabeth Maria Cardoso** - Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPAD/MDA; e **Claudia Cascás** – Presidente em exercício do Condraf, para fazer a moderação. Na sequência, o chefe da Assessoria Especial do MDA, Eric Moura, fez uma breve apresentação intitulada *MDA Estratégico (ANEXO)*, destacando a Missão, Visão, Valores e objetivos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Em seguida, Humberto Oliveira, representante do IICA, ressaltou alguns elementos importantes para a construção do segundo plano nacional de desenvolvimento rural sustentável (apresentação ANEXO),

sendo que, o primeiro elemento diz respeito ao conceito de rural, e para exemplificar a construção de tal conceito, citou a existência de um estudo da professora Tânia Bacelar sobre o rural, que neste caso, pode ser compreendido como um modo de vida; segundo, que o Brasil rural com gente, que foi discutido há mais de uma década, que ele seja pensado como um espaço de qualidade de vida com pessoas felizes; o terceiro ponto, seria a complementariedade entre o rural e o urbano, pois é no rural que estão os grandes desafios do mundo, como a produção de alimentos e de energias sustentáveis; ressaltou ainda, que na discussão do campo, das águas e das florestas, está faltando a inclusão das cidades rurais, e que será necessário incorporar as discussões sobre as cidades rurais; outro elemento, é a questão da cidadania rural, que necessita de orçamento dos ministérios para contemplar as cidades rurais, com soluções específicas e diferenciadas para o rural; destacou que o enfoque territorial ainda não foi entendido no Brasil, e não se faz política sem enfoque territorial, pois o enfoque territorial é a oportunidade de se fazer alianças no território; chamou atenção também para a importância do controle social, e, que é preciso dar mais clareza sobre a agricultura familiar e a agricultura, com o Estado assumindo mais o custo da agricultura familiar; que, emergências climáticas tem efeitos maiores e diferentes na agricultura familiar; e por último, o processo de transição agroecológico é necessário. Em seguida, **Jean Marc von der Weid** - ex-conselheiro do Condraf, destacou impressões do processo de participação e das várias conferências realizadas no país, e, que a impressão que se tem das conferências realizadas pelo MDA que foi um processo educativo e organizativo de base; contudo, esses processos deixaram pouco impacto nas políticas públicas; lembrou, que o atual governo, está finalizando o segundo ano de mandato e somente em 2025 será realizada a conferência; que é necessário priorizar o que deverá ser feito nos próximos dois anos; centrar na 3ª CNDRSS, o que nenhuma conferência fez, partir de uma avaliação, o que foi feito, e o impacto das políticas públicas para a agricultura familiar; é preciso dar concretude no que é possível ser feito, elencando os programas chaves; é importante discutir na conferência também sobre a catástrofe ambiental, e sobre o contexto do governo e a capacidade de priorização de recursos para a reforma agrária e agricultura familiar; que para os próximos dois anos não tem possibilidades de aumento do orçamento do governo para o MDA; destacou que a ideia dos quintais produtivos é excelente e pode ser executado com orientação agroecológica, e, que tem várias experiências concretas sendo realizadas no país; ressaltou ainda, que outro programa importante é o Programa Ecoforte, financiado pelo BNDES, que destina recursos para investimentos na agricultura familiar. Na sequência, Elisabeth Maria Cardoso - Chefe da ASPAD/MDA, destacou, que é o Condraf que vai dar a linha para a conferência; que duas grandes novidades aparecem no plano estratégico do MDA, uma refere-se a agroecologia, e a outra, refere-se ao conceito de Bem Viver; destacou, que a partir da fala do Humberto Oliveira, fica a reflexão, de que rural estamos falando, de que não é possível acabar com a fome se não investir recursos na agricultura familiar, que é quem produz alimentos no país; é um grande desafio pensar em políticas em âmbito nacional, sem a existência de governos territoriais para implementar; ressaltou ainda, como o Condraf pode ser decisivo para a realização da Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário; que é preciso lembrar do contexto em que se encontra o governo, que não mudará nos próximos anos, e pensar o que será possível priorizar. Finalizado

as apresentações, procedeu-se ao segundo ponto da pauta, que trata sobre: **2 - Diálogo Interconferências**. Para dar início as apresentações, o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, convidou o senhor **Paulo Peterson** – representante da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que iniciou sua fala destacando que o esforço Interconferências é essencial para a política de participação social, que apresenta fragilidades, e uma delas é a fragmentação; informou que acabou de ser lançado o Plano Nacional de Agroecológica e Produção Orgânica, e, que a agroecologia tem que ser considerada como estratégica para rever o sistemas agroalimentares; que o país tem um governo de coalização e temos pouca margem, mas é preciso ter vontade política, se o Ministro não tiver vontade política, não adianta; destacou que o Pronaf Agroecologia não está funcionando, e na linha das pautas que teria que unificar, tem se o Pronaf; e para o próximo plano safra, há uma necessidade de se fazer uma discussão mais profunda sobre os recursos do Pronaf, que é uma pauta possível, mas é necessário que haja articulação para que torne realidade. Na sequência, **Fernando Zamdar** – representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária, destacou que a economia solidária (Ecosol) propõe outra forma de organização da sociedade; que o Conselho de Ecosol apontou que as propostas da terceira conferência não foram implementados, que na quarta conferência, a proposta é reconstruir o Plano Nacional de Economia Solidária, que seja mais objetivo, claro e pragmático; ressaltou ainda, que ter Plano é importante, mas de nada adianta se estiver descolado de agenda política; e por último, citou que foram convocadas 169 conferências locais de economia solidária, e em agosto de 2025 será realizada a etapa nacional, e de novembro até março será realizada as etapas estaduais. Em seguida, **Márcia Muchagata** – representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), destacou que o MDS já realizou a conferência nacional de SAN com aproximadamente 2200 participantes, que três discussão foram importantes para a Conferência, a primeira foi sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a outra, sobre a pauta climática, e a terceira foi sobre o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN); destacou, que pensar a segurança alimentar nas cidades é extremamente importante, e que, atualmente o MDS foca as ações nas regiões Norte e Nordeste devido os índices de insegurança alimentar nessas duas regiões; que é preciso repensar a política de ATER, com formação e recursos; que é preciso tratar a questão da ATER como estratégica para o desenvolvimento. Na sequência, **Daniel Peter** – representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), ressaltou que a sociedade está discutindo sobre agroecologia, as mudanças climáticas e que têm contribuído para o diálogo no âmbito das políticas públicas; que o MMA está em processo de realização da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente e Mudança do Clima; que não tem como entrar na pauta de meio ambiente sem falar em agroecologia, e não tem como construir um plano clima sem pensar na agroecologia; que a etapa municipal da conferência foi postergada, e será publicado uma portaria do Ministério com as novas datas; que serão realizadas 300 conferências livres com eleição de delegados/as, e dia 21 de novembro será realizado uma live pelo MMA em que serão convidados os demais conselhos. Na sequência, o Secretário Executivo do Condraf, justificou a ausência do Chefe da AESP/MDA, Eric Moura, e convidou para a mesa o Secretário Edmilton Cerqueira da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ).

Em seguida, procedeu-se as inscrições dos participantes, conforme síntese dos debates: a ANATER está democratizando o processo de credenciamento das entidades, e todas as chamadas de ATER contemplam a agroecologia; estão dialogando com o Fundo Amazônia e com o PNUD para aporte de recursos para investimentos na ATER; o MDA já não tem recursos e o Ministério da Fazenda está propondo corte no orçamento do Ministério; é preciso avaliar o que foi feito do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário; o MDA precisa construir um pacto com os bancos públicos para a implementação dos recursos do Pronaf; o Condraf precisa dialogar com o gabinete do Ministro; uma questão estrutural para se discutir no Condraf é a questão dos agrotóxicos, a sociedade precisa conhecer o quanto o governo abre mão de impostos na tributação dos agrotóxicos; é fundamental pensar uma ATER estratégica para produção de alimentos e enfrentamento as questões climáticas, também é fundamental discutir o orçamento da ATER e os valores que foram investidos nas universidades; a importância que é dada para o Condraf dentro do Ministério é lamentável, e o conselho nem aparece no plano estratégico do MDA; é preciso fazer uma avaliação e balanço do que o MDA já fez; a participação social é mais abrangente, e será preciso discutir que tipo de participação social queremos construir; três temas precisa ser priorizado nas discussões, a abordagem territorial, reforma agrária, e questão climática; as conferências estão sendo convocadas sem levar em consideração a existência dos territórios, é preciso haver reconhecimento por parte de todos os ministérios da política territorial; é importante elaborar um documento do Condraf, sobre Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar no Brasil para orientação das políticas públicas; o MMA está retornando o programa Pro-Ambiente; três questões são importantes trazer presente, primeiro, sobre os quintais produtivos, que resulta da luta das mulheres, do movimento feminista e da Marcha das Margaridas; segundo, que é importante que as inovações estejam articuladas com a agroecologia, com a convivência com o semiárido; terceiro, que os quintais produtivos precisa ser de fato uma política pública estratégica de produção de alimentos saudáveis; é importante haver diálogo entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS); o rural que estamos construindo está ficando velho, e os jovens estão migrando; o tema da juventude e formação precisa estar presente na Conferência; as propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável não foram implementadas, será preciso se debruçar sobre as propostas e atualizar o que for necessário; como garantir a política de sustentabilidade dos territórios com a falta de articulação entre os Ministérios? O Ministro do MDA não tem dado prioridade para o Condraf, e até o momento só participou de uma reunião do conselho; os agricultores estão questionado quais as políticas do MDA estão chegando nos territórios? Por outro lado, as políticas do MDS estão chegando nos territórios; que a ATER seja debatida e tenha espaço na 3ª CNDRSS; a ATER precisa aparecer na centralidade do debate da conferência, precisa aparecer ações de convivência com os biomas; é preciso criar um espaço dentro do Condraf para discutir a forma de execução das políticas públicas; precisa verificar a proposta de execução dos quintais produtivos via Fomento; é um exemplo a execução do fomento, das cisternas, das cozinhas, da agricultura urbana e periurbana pelo MDS; é preciso pensar na criação de um fomento do MDA, por exemplo, um fomento agroecologia; pensar se vale a pena trazer para o debate da conferência o

debate sobre o consumo dos alimentos, o que está sendo produzido sobre o tema; não pode deixar de discutir sobre o SUATER na Conferência; o programa de quintais produtivos foi bem concebido e interessa a todos, e para avançar é preciso pensar a ATER, a formação, e a sistematização de experiências; a agroecologia não é um problema de só não ter dinheiro, mas de capacidade operacional; ter um plano imediato, de curto prazo, com resultados, que possa ser apresentado os resultados em dois anos, e os quintais produtivos pode ser um exemplo, o que não anula a proposta de se ter um plano a longo prazo que deverá ser pensado pela Conferência; o Condraf deve levar a discussão sobre a política de desenvolvimento territorial para o interconselhos e para os demais Ministérios; gestor público que só quer receber aplausos não deve vir para a gestão pública; as políticas públicas para os pescadores são invisíveis. No período da tarde, João Torrens, apresentou uma breve **Síntese dos debates da manhã e do processo anterior**, chamando atenção para o caráter da reunião do Conselho e o que se quer realizar, que ficou claro que ninguém está questionando a importância da realização da Conferência, mas que tem alguns temas que devem ser trabalhados em um plano de ação de curto prazo; que é importante pensar para quem se quer falar, e quando se trata de uma ação mais imediato, você tem um público mais direcionado, e quando se está falando de desenvolvimento rural, você tem uma discussão mais ampla; nem uma e nem outra proposta deve ser feita sem o apoio político do MDA; que é preciso pensar qual a ação política que será estabelecida em dois anos; destacou que existe alguns consensos em relação as conferências, um deles é que as conferências são processos educativos, e a conferência tem que ser bem definida, tem que responder as crises globais, e ao mesmo tempo tem que ter capacidade de propor soluções nos territórios; a oportunidade que uma conferência abre para consolidar determinados conceitos, determinadas avaliações, críticas ao momento que se vive; que é importante trazer novamente a importância da territorialidade e do enfoque do direito, tem que estar presente na conferência; que é importante conceber bem o tempo de vigência desta conferência, e a capacidade da sociedade civil de estabelecer diálogos com outros setores da sociedade; que é importante pensar em processo de conferência que seja capaz de pensar ações de médio prazo, e pensar em qual o tipo de documento que será elaborado. Finalizado os debates, procedeu-se as discussões sobre as características da 3ª CNDRSS, a partir da seguinte pergunta norteadora, Que características a 3ª CNDRSS deve ter: quanto ao Caráter, Documento Final e Tema? Os conselheiros/as apontaram as seguintes contribuições: **Quanto ao Caráter:** Reposicionar e recontextualizar a agenda política; Papel de proposição de políticas públicas; Formação política; Mobilizador; Participativo e informativo; Diagnóstico do debate interno e os eixos; Balanço/diagnóstico e perspectivas futuras; Avaliação do I PNDRSS; Reafirmar o rural que queremos, quem somos e o que é estratégico para o desenvolvimento rural sustentável; Adequar a metodologia; Orientativo com relação ao rumos que se quer chegar; Construção de um pacto para o desenvolvimento rural sustentável; Fortalecimento da participação social; Inclusão da juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais; Construção de parcerias; Contemplar as diversidades do campo, das águas e das florestas; Organização de conferências livres; Fortalecimento da articulação territorial; Revisitar o tema do sistema de desenvolvimento rural (municipal, estadual e federal); Incidência na elaboração do PPA municipal 2026-2029; Incorporação da questão social ; Valorização de experiências

exitosas dos territórios; Colaborativo; Inclusão; Plural, diverso, multidimensional; Falar para a sociedade; Articulação com outras políticas públicas. **Quanto ao Documento Final:** Elaboração de uma Agenda - orientar o governo; Rodada de escuta e diálogos com todos os Ministérios; Documento inicial cumulativo; Definir ações de curto, médio e longo prazo; Priorizar a revisão do I PNDRSS; Proposição de ações de avaliação e monitoramento das políticas públicas; Pensar proposição de marco legal para o desenvolvimento do Brasil Rural com abordagem territorial; Atualização do diagnóstico do campo; **Quanto ao Tema:** ATER; Cidades rurais; Envelhecimento no campo; Relação urbano x rural; Sujeitos das águas, do campo e das florestas; Mudanças climáticas, o olhar dos povos do campo das águas, e das florestas na construção do desenvolvimento rural sustentável: caminhos e possibilidades; Neorurais; Políticas públicas integradas por um desenvolvimento rural sustentável, pautando o bem viver; Desenvolvimento rural em tempos de emergência climática; Intersetorialidade; Avaliação do impacto das ações de fomento; Regularização fundiária para avançar na produção de alimentos; Educação, arte e cultura do campo, das águas e das florestas; Uso de tecnologia digital; Saúde e alimentação; Juventude; Agroecologia; Segurança alimentar, mudanças climáticas, e qualidade de vida no meio rural; Maretório - pesca artesanal; Segurança pública no campo; Participação e papel das mulheres; Comercialização; Mecanização agrícola; Acesso a tecnologias sociais- ecotecnologias; Sistemas agroalimentares; Agroecologia e desenvolvimento rural na perspectiva do bem viver; Êxodo rural; Energias renováveis; Cooperativismo solidário da agricultura familiar. No dia 13 de novembro de 2024, ocorreu a **abertura oficial da 5ª Reunião Ordinária do Condraf**, para tanto, procedeu-se a composição da mesa com a presença de **Samuel Carvalho** – Secretário Executivo do Condraf, que destacou a importância da realização da 5ª reunião ordinária do Condraf e da pauta que será trabalhada nos dois dias de reunião; em seguida, **Jaime Conrado** (Cáritas) – representante da sociedade civil na Mesa Diretora do Condraf, ressaltou a caminhada dos 25 anos do Condraf, destacando que a sociedade civil esteve presente nessa trajetória e que precisa ser mais ouvida pelo Ministério, e que as políticas públicas cheguem para todos e todas que precisam; na sequência, **Vânia Marques** (CONTAG) – representante da sociedade civil na Mesa Diretora do Condraf, ressaltou os desafios do processo de reconstrução do Condraf e dos comitês, destacando que é preciso alinhar a caminhada do Condraf, e principalmente ter a presença do Ministro Paulo Teixeira, que é o presidente do Conselho; que o Ministro dialogue com os conselheiros, que esteja presente na próxima reunião, não somente na abertura, mas que permaneça na reunião e ouça o que os conselheiros têm a dizer; em seguida, **Fernanda Machiavelli** – Ministra em exercício do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, destacou a importância da reconstrução dos espaços de participação social e a contribuição do Condraf nesse processo; ressaltou a importância da cúpula social do G20 e da aliança global pelo combate à fome; que a agricultura familiar é essencial para superar a fome, superar as emergências climáticas, e para a promoção da saúde e do bem viver. Após o encerramento da mesa de abertura, teve início a apresentação do item **3 – Avanços das políticas para a agricultura familiar e Reforma Agrária: balanço 2023-2024**, conduzido pela Ministra em exercício, Fernanda Machiavelli, que fez uma breve apresentação (ANEXO) destacando os avanços do Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025; do Programa

Terra da Gente; da retomada das políticas para Quilombolas; de mais mercados para agricultura familiar – alimentação escolar, PAA, Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), do PAA Compra institucional; das políticas para Mulheres e para Juventude; da Participação Social; e dos próximos passos até o final do ano com as seguintes medidas: Desenrola Rural, Pronaf A -segunda operação, Fundo Garantidor de operação (FGO), Adjudicação de terras, 20 decretos quilombolas, lançamento da missão 1 da Nova Indústria Brasil e lançamento do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Após a apresentação da Ministra Fernanda Machiavelli, procedeu-se ao debate, com apontamento das seguintes questões pelos conselheiros/as do Condraf: O PNPAF não foi listado entre as medidas do MDA para o futuro, não será lançado pelo Ministério ? Como avançar na articulação das políticas entre os Ministérios? Precisa avançar no debate da ANATER; Os pescadores estão invisíveis nas políticas públicas do MDA e do Ministério da Pesca; Há insatisfação em relação as políticas públicas que não estão chegando para as pessoas que mais precisam; É preciso criar mecanismos para fazer escuta dos conselheiros quanto a implementação das políticas públicas do MDA; O conselho precisa ter uma agenda programática com prioridades; Não tem dados qualitativos sobre a execução das políticas públicas, somente dados quantitativos; Não apareceu dados sobre a execução da ATER e os territórios; É necessário realizar um balanço quantitativo e qualitativo das políticas do Ministério no início de 2025; Não apareceu dados sobre as mulheres; Como potencializar a política de quintais produtivos voltada para as mulheres? O orçamento da ATER para 2024 foi baixíssimo; A política dos quintais produtivos deve ser uma política prioritária do governo; Qual será a ação concreta para a juventude? Precisa melhorar o acesso as políticas públicas e definir o papel das universidades na ATER; É preciso disponibilizar antecipadamente os dados sobre a execução das políticas públicas para os conselheiros; O crédito e a ATER não pode estar dissociado um do outro; É preciso incluir o tema da formação e educação para os jovens nas políticas públicas; O Condraf precisa se posicionar sobre a proposta do Congresso Nacional que visa avaliação do conteúdo dos livros didáticos; Será necessário adequar todos os editais das chamadas públicas; Será necessário dialogar com os bancos para operacionalizar o Fundo Garantidor; É preciso priorizar a alocação de recursos para o programa Coopera Mais Brasil que ainda não tem orçamento; É preocupante a quantidade de TED's que estão sendo feitos com as universidades para execução de ATER; Qual é a grande entrega do MDA para o governo Lula III ? 5 mil quintais produtivos não atende a demanda das mulheres, é preciso garantir orçamento para aumentar a quantidade de quintais produtivos; É preciso discutir o plano safra não apenas na véspera do lançamento; Como pensar em projetos se o arcabouço fiscal só beneficia os ricos. Após a escuta e contribuições dos conselheiros, a Ministra Fernanda Machiavelli, respondeu os questionamentos, justificando que a ausência de dados da ATER se deu devido os ajustes que a ANATER está fazendo; que o novo arcabouço fiscal privilegia a saúde e educação; que está previsto para 2025 um total de 5 bilhões para o PROAGRO; que está sendo discutido internamente no governo uma proposta de retirar recursos do PROAGRO para colocar na ATER; que o PNPAF está garantido e será lançado pelo Ministério; que as políticas do MDA estão voltadas para o apoio a produção, a exemplo da ATER e o crédito, diferente do MDS que as políticas públicas são voltadas para o social; que o MDA está garantido a inclusão produtiva através do fortalecimento do

Pronaf B, dos ativadores de Crédito, fortalecimento da política de crédito; que o ANATER está fechando uma parceria com o MMA para garantir mais recursos para a ATER; que a ANATER está se estruturando e que foi necessário fazer chamadas pelo marco do MIROSC; que os TED's foi necessário para que as políticas públicas chegassem; que o MDA irá fazer uma lista de todos os TED's para apresentação de prestação de contas, e que a maioria dos TED's são para realização de feiras; que para os pescadores, foi definido um valor fixo para quem vive do manejo do pirarucu, e que parte dos contratos do PAA são destinados para mulheres pescadoras; que no G20 Social foi inserido um capítulo específico sobre a importância dos pescadores; que o programa quintais produtivos foi feito a partir das demandas das mulheres e o MDA tem priorizado a execução dos quintais; que na próxima apresentação do balanço será apresentado dados sobre a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); que o MDA está fazendo debate com o MEC para garantir aumento dos recursos do PRONERA; que a construção do Coopera Mais Brasil foi uma construção participativa, que tem uma parceria importante com o Banco do Brasil; e que, existem quatro milhões de agricultores familiares no Brasil, infelizmente ainda não é possível fazer com que todas as políticas públicas cheguem para todo o público da agricultura familiar. Na sequência, procedeu-se a apresentação do item **4 – Ratificação em plenária do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar – Alimento no Prato**, sendo convidado para a mesa, o Diretor Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento – DIPA/Conab, Silvio Porto, que apresentou o Plano Alimento no Prato (ANEXO) destacando o público beneficiário, os 6 eixos do plano alimento no prato, as 28 iniciativas distribuídas nos seis eixos e 92 ações estratégicas, quem esteve envolvido na execução do Plano e colaborou para sua construção, e detalhamento dos eixos e iniciativas. Finalizado a apresentação e não havendo questionamentos dos conselheiros/as, a ratificação do Plano Alimento no Prato foi colocado em votação, sendo aprovado por aclamação pelo plenário do Condraf. Na sequência, procedeu-se a apresentação do item **5 – Políticas para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade**. Para condução deste item da pauta, o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, convidou a senhora Adriana Rosa, do Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (Osociobio) e Catrapovos Brasil, para fazer a apresentação da proposta do Projeto de Lei 880/2021 (ANEXO) que institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais. Adriana Rosa destacou o processo de construção do PL 880/2021, apontando como se encontra atualmente no Congresso com relação aos seguintes itens: casa/matéria, ementa, situação atual/status, tramitação/observações. E após a exposição da proposta do respectivo projeto de lei, foi proposto como encaminhamento que a proposta do PL 880/2021 seja discutida pelo Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Condraf. Na sequência, o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, convidou o senhor Silvio Porto (Conab), para realizar apresentação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); em sua apresentação sobre o PAA (ANEXO), Silvio Porto destacou o histórico do programa; os dados de execução; o público beneficiário: mulheres, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, juventude e povos indígenas; alimentação no território/Resolução GGPA N° 02/2023; documentação de acesso/Resolução GGPA

03/2023; dados de execução do PAA no ano de 2023; alimentos adquiridos; recursos contratados no PAA 2023; número de beneficiários fornecedores indígenas, recursos contratados para famílias beneficiárias quilombolas; recursos contratados para famílias beneficiárias de pescadores/as artesanais; e os principais avanços. Em seguida, procedeu-se a apresentação da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (ANEXO) pela senhora Naiara Bitencourt, que destacou em sua apresentação o público beneficiário da PGPMBio, a lista de 17 produtos amparados pela PGPMBio, preço de venda x preço mínimo, mudanças e perspectivas para o PGPMBio. Após as apresentações, Silvio Porto destacou que a maioria dos pagamentos feitos para as mulheres são por ordem de pagamento, que tem validade de 7 dias, devido as mesmas não terem conta bancária; Jordana Ávila, da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (Seab), destacou que internamente a SEAB tem buscado conhecer a PGPMBio. E na sequência, procedeu-se aos questionamentos/contribuições dos conselheiros, a saber: como a Conab realiza a pesquisa de preço mínimo? O PAA e PNAE são duas políticas muito importantes para a agricultura familiar; Como avançar na legislação para o público da agricultura familiar acessar o PAA? É desafiador fazer o PAA chegar em todos os territórios, considerando que nem todos os povos indígenas falam a mesma língua e tem acesso à tecnologia; Os indígenas que participam do PAA podem continuarem recebendo o Bolsa Família? É importante manter e ampliar o PAA Sementes; Como avançar no entendimento da necessidade do selo para os produtos beneficiados e processados? É necessário garantir que o orçamento do PAA esteja disponível para contratações dos projetos o ano todo; o PAA tem possibilitado autonomia para os agricultores familiares; Alguns produtos não são adquiridos no PAA devido a exigência de selo de inspeção; O PAA é uma política que mobiliza muito o trabalho da ATER; Uma pauta que deve ser discutida dentro do MDA é a certificação sanitária dos produtos da agricultura familiar; O debate sobre a legislação sanitária para a agricultura familiar é algo que deve ser feito urgentemente; O PAA é uma política que de fato está chegando para os agricultores familiares; Como articular as ações do PAA com o programa quintais produtivos? Após os questionamentos/contribuições dos conselheiros/as, procedeu-se as respostas dos integrantes da mesa, começando pelo Diretor da Conab, Silvio Porto, que destacou que para as pessoas brancas, a maior questão é trabalhar com os indígenas; que o Ministério dos Povos indígenas solicitou que os materiais do PAA fosse traduzido para as línguas indígenas; que o MDS já publicou um documento informando que nenhuma pessoa que acessar o PAA deixará de receber o Bolsa Família; que a questão sanitária passa por uma reconstrução da institucionalidade, e é um problema que não será resolvido a curto prazo; que a questão dos produtos de origem animal ainda é um problema, e que somente para povos e comunidades tradicionais é permitido a aquisição de produtos de origem animal; que em 2023 foram investidos 6 milhões de reais no PAA Sementes. Em seguida, Jordana Ávila, destacou que o MDA está realizando diálogos com o MAPA e a Anvisa para tratar sobre a pauta da legislação sanitária; que será realizado o Seminário Nacional de Agroindústria e Inclusão Sanitária da Agricultura Familiar, no período de 4 a 6 de dezembro de 2024 em Brasília-DF; e que o Ministério está trabalhando em prol da inclusão sanitária dos agricultores familiares. Na sequência, procedeu-se a apresentação do item **6 – Consulta sobre o Plano Nacional de Ação do Brasil para**

a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar – 2019-2028, sendo que o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, convidou o senhor Tomaz Patriota, da Assessoria Internacional do MDA, para realizar apresentação sobre a proposta que está sendo construída pelo Brasil. Tomás Patriota, iniciou sua fala, destacando a importância da aprovação na ONU da Década Internacional da Agricultura Familiar, que foi um marco importante para que muitos países criassem leis e políticas para a agricultura familiar; que o Brasil já tem um legado importante de políticas para agricultura familiar, e que está em construção a primeira versão do Plano Nacional de Ação do Brasil para a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar – 2019-2028 (ANEXO), ressaltando os 07 pilares, os principais resultados alcançados, e as prioridades para os próximos anos; e, que a proposta do Plano será enviada para o Condraf para contribuições dos conselheiros/as. Em seguida, a Ministra Fernanda Machiavelli destacou que é muito importante a contribuição do Condraf para a elaboração do Plano e que está sendo pensado a realização de uma oficina para contribuições no texto do Plano. Na sequência, procedeu-se a apresentação do item **7 – Apresentação da Carta internacional da agricultura familiar para o G20**, realizada por Tomaz Patriota, que iniciou sua fala justificando que a carta não ficou pronta para ser apresentada para os conselheiros/as, devido o processo de negociação do texto com os convidados internacionais não ter sido finalizado conforme o programado. Enfim, procedeu-se ao último item da pauta **8 – Celebração dos 25 anos do Condraf**, conduzida inicialmente pela mestre de cerimônia do MDA, que procedeu a composição da mesa com os seguintes convidados: Fernanda Machiavelli, Ministra em Exercício do MDA, Claudia Cascás, Vice-presidente do Condraf e representante da CENATER; e, Victor Tinoco, Superintendente do MDA no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, a mestre de cerimônia passou a condução da celebração dos 25 anos do Condraf para o Secretário Executivo, Samuel Carvalho, que ordenou a exibição do vídeo do Ministro Paulo Teixeira; na sequência, foi exibido um vídeo institucional do Condraf destacando a atuação do Conselho nos 25 anos de sua existência; em seguida, procedeu-se as saudações dos integrantes da mesa, sendo que, o primeiro a fazer uso da palavra foi o Superintendente do MDA no Estado do Rio de Janeiro, Victor Tinoco, que agradeceu em nome do Ministro Paulo Teixeira a realização do evento no Rio de Janeiro, e destacou ainda a importância de se estar realizando a reunião do Conselho neste momento no Rio de Janeiro; a Vice-presidente do Condraf, Claudia Cascás, destacou que os 25 anos do Condraf representa um período de construção e reconstrução, que é um exercício da prática democrática, e que não se faz transformação social, sem empoderamento político das mulheres, dos jovens, e sem acesso à terra; que as organizações da sociedade civil foram fundamentais para a resistência no período de retrocesso das políticas públicas; que é preciso refletir sobre como estamos nos relacionando com a base; que é o momento de festejar e acima de tudo de empoderamento sobre o papel do Conselho; a Ministra em Exercício do MDA, Fernanda Machiavelli, destacou que a exibição do vídeo institucional do Condraf foi inspirador por ressaltar a trajetória do conselho em 25 anos e a contribuição de tantas pessoas no processo de construção do Conselho; que várias políticas públicas foram construídas a partir da realização de debates no Condraf, a exemplo da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, ratificada por esse Conselho no dia de hoje; que o Condraf irá conduzir a construção da terceira Conferência Nacional de

Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário; que o MDA tem o compromisso de desenhar políticas públicas que atenda as demandas da agricultura familiar. Na sequência os conselheiros foram convidados para participarem da mística, colando as figuras que compõe a nova logo do Condraf em painel no centro do palco. Em seguida, a senhora Elisabeta Recine, presidenta do CONSEA, foi convidada para fazer uma breve saudação aos conselheiros/as, a mesma destacou a importância da trajetória do Condraf; que é importante os conselheiros saberem para onde está indo os recursos das emendas parlamentares; que é importante celebrar todas as conquistas, e, que é preciso agir de forma articulada sobre a pauta da legislação sanitária. Na sequência, Maria José, representante da CNAPO, ressaltou a importância do PAA para a vida das mulheres; que é fundamental pontuar a questão da agroecologia, principalmente para as mulheres; que é importante potencializar e fortalecer o conselho. Por sua vez, a Deputada Marina do MST, ressaltou que esteve presente no evento de recriação do Condraf em 2023 em Brasília, e que é preciso valorizar e reconhecer as conquistas que retornaram; que é importante aproveitar o momento do G20 Social para trazer os debates dos temas que o Condraf trabalha, e a comemoração dos 25 anos do Conselho foi muito importante; que o conselho tem muito a oferecer para o G20, pela sociedade civil e pelo governo brasileiro; que não há como superar a pobreza e a desigualdade social com concentração de terras; que o Condraf deve apresentar para o G20 proposta concreta para que a agroecologia seja uma matriz de produção, uma ferramenta para o combate a fome e as desigualdades sociais; e que haja dentro do MDA o reconhecimento da importância do Condraf, que tem a função de propor e contribuir para a execução das políticas públicas. Na sequência, alguns conselheiros foram convidados para continuarem a mística de montagem da nova logo do Condraf. Em seguida, foram convidados seis ex-conselheiros do Condraf para composição da mesa, e foi concedido fala para dois representantes, sendo que o Jean Marc von der Weid, destacou os entraves existentes entre a formulação e execução das políticas públicas, e chamou atenção para o que é possível fazer em mais dois anos de governo; por sua vez, a Deputada Elisangela Araujo, destacou o quanto é importante celebrar os 25 anos do espaço de participação social que ocorre através do Condraf; que tem atuado na comissão de agricultura no Congresso; que o espaço do Condraf é muito importante para as discussões das políticas públicas. Por fim, os conselheiros/as finalizaram a montagem das figuras da nova logo do Condraf, e na sequência procedeu-se o encerramento com uma apresentação cultural.